

EDITAL VERTICALIZADO

ALCE

ANALISTA LEGISLATIVO - DIREITO



**A CASA DO
SIMULADO**

praticar é a chave!

CONCURSO DE ALCE

CARGO: ANALISTA LEGISLATIVO – DIREITO

INFORMAÇÕES GERAIS

DATA DE REALIZAÇÃO DE CERTAME: 12/07/2019 (MANHÃ).

BANCA: Cebraspe.

DURAÇÃO: 5 horas

FASES DO CONCURSO:

- a) provas objetivas, de caráter eliminatório e classificatório, para todos os cargos;
- b) prova discursiva, de caráter eliminatório e classificatório, para todos os cargos;
- c) avaliação de títulos, de caráter classificatório, somente para os cargos de nível superior.

PROVAS OBJETIVAS

NÚMERO DE QUESTÕES: 70 - Estilo de múltipla escolha.

- 20 questões de Conhecimentos Gerais;
- 50 questões de Conhecimentos Específicos.

PONTUAÇÃO: 120 pontos.

Será reprovado nas provas objetivas e eliminado do concurso público o candidato que se enquadrar em pelo menos um dos itens a seguir:

- a) obtiver nota inferior a 10,00 pontos na prova objetiva de **conhecimentos gerais** P1;
- b) obtiver nota inferior a 25,00 pontos na prova objetiva de **conhecimentos específicos** P2.

PROVA DISCURSIVA

A prova discursiva valerá 70,00 pontos e consistirá da redação de texto dissertativo a respeito de um **tema da atualidade**.

PONTUAÇÃO: 70 pontos.

- O texto definitivo da prova discursiva deverá ser manuscrito, em letra legível, com **caneta esferográfica de tinta preta** fabricada em material transparente.
- A prova discursiva avaliará o conteúdo (conhecimento do tema), a capacidade de expressão na modalidade escrita e o uso das normas do registro formal culto da Língua Portuguesa.

- *O candidato deverá produzir, conforme o comando formulado pela banca examinadora, texto dissertativo, primando pela coerência e pela coesão.*
- *A prova discursiva de cada candidato será submetida a duas avaliações: uma avaliação de aspectos textuais e uma avaliação de aspectos formais.*

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA DISCURSIVA

A prova discursiva será corrigida conforme os critérios a seguir.

a) os aspectos textuais, que incluem a adequação ao tema, o atendimento das instruções contidas na proposta de redação (tipo e gênero textuais, propósito do texto, adequação da linguagem à situação comunicativa e ao suporte de texto) e a coesão e a coerência textuais (encadeamento lógico-sequencial das ideias, unidade formal e temática do texto) comporão a nota de conteúdo (NC) e valerão até 42,00 pontos;

b) os critérios de avaliação e de apenação serão divulgados no padrão de resposta da prova discursiva;

c) os aspectos formais, que incluem o domínio da habilidade escrita em língua padrão (emprego da norma gramatical, observância ao sistema ortográfico, emprego dos recursos de pontuação, uso do recuo indicador do parágrafo, emprego das notações léxicas, rasura, incluindo o uso de corretivo etc.), comporão a nota de domínio da habilidade escrita em língua padrão (NLP) e valerão até 28,00 pontos;

d) cada candidato receberá, de início, 28,00 pontos relativos à nota de domínio da habilidade escrita em língua padrão, dos quais será descontado 0,50 por erro cometido pelo candidato quanto aos aspectos formais;

e) será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar o número máximo de linhas estabelecido;

f) será calculada, então, a nota na prova discursiva (NPD) pela fórmula $NPD = NC + NLP$;

g) será computado o número total de linhas efetivamente escritas pelo candidato;

h) será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de linhas, deduzindo-se, da pontuação atribuída, 0,50 ponto de cada linha que faltar para atingir o mínimo exigido.

i) se $NPD < 0$, então considerar-se-á $NPD = 0$.

- Nos casos de fuga ao tema, ou de não haver texto, o candidato receberá nota na prova discursiva igual a **ZERO**.
- Será aprovado na prova discursiva o candidato que obtiver **NFPD ≥ 35,00 pontos**.

LÍNGUA PORTUGUESA

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1. Compreensão de texto.					
2. Gêneros e tipos textuais.					
3. Domínio dos mecanismos de coerência e coesão textuais.					
4. Domínio da ortografia oficial.					
5. Emprego da acentuação gráfica.					
6. Emprego dos sinais de pontuação.					
7. Crase.					
8. Classe de palavras.					
9. Sintaxe.					
10. Discurso direto e indireto.					
11. Emprego de tempos e modos verbais.					
12. Vozes do verbo.					
13. Flexão nominal e verbal.					
14. Concordância nominal e verbal.					
15. Regência nominal e verbal.					
16. Correspondência oficial.					

LEGISLAÇÃO DE INTERESSE INSTITUCIONAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1. Constituição do Estado do Ceará.					
2. Resolução nº 389/1996 e suas alterações (Regimento Interno da ALECE).					
3. Lei Estadual nº 9.826/1974 e suas alterações (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Ceará).					
4. Resolução nº 698/2019 (Estrutura Administrativa da ALECE)					

DIREITO ADMINISTRATIVO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1. Conceito de direito administrativo.					
2. Regime jurídico administrativo.					
3. Função pública.					
4. Função administrativa.					
5. Função política ou de governo.					
6. Serviços públicos: conceito e princípios.					
7. Delegação: concessão, permissão e autorização.					
8. Ato administrativo: conceito, requisitos, atributos, classificação, espécies, anulação, revogação, convalidação, discricionariedade e vinculação.					
9. Organização administrativa: administração direta e indireta; centralizada e descentralizada, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.					
10. Órgãos públicos: conceito, natureza e classificação.					
11. Contratos administrativos: conceito, características, peculiaridades, controle, formalização, execução e inexecução, contratos de concessão de serviços públicos, contratos de gestão.					
12. Lei nº 8.666/1993 e suas alterações (Licitações).					
13. Conceito, objeto, finalidades e princípios, obrigatoriedade, dispensa, inexigibilidade, vedação, modalidades, procedimentos e fases, revogação, invalidação, desistência e controle.					
14. Lei do pregão, pregão eletrônico e sistema de registro de preços (Lei nº 10.520/2002 e Decretos nº 5.450/2005 e 7.892/2013 e suas alterações).					
15. Responsabilidade civil da administração: evolução doutrinária e reparação do dano.					
16. Controle da administração pública: controle administrativo, controle legislativo, controle judiciário.					

DIREITO CIVIL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1. Direito objetivo.					
2. Norma jurídica: características, elementos e classificação.					
3. Fontes do direito.					
4. Vigência, validade, eficácia, aplicação, hierarquia e revogação.					
5. Interpretação das leis.					
6. Conflito intertemporal e interestadual das leis.					
7. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.					
8. Direito subjetivo.					
9. Direito adquirido e expectativa de direito.					
10. Pessoas.					
11. Nascituro.					
12. Pessoa natural: começo, fim, personalidade, capacidade e legitimidade, cessação da incapacidade, emancipação, registro civil e nome.					
13. Domicílio.					
14. Ausência, morte natural e presumida.					
15. Pessoa jurídica: conceito e classificação.					
16. Associações, organizações sociais e organizações sociais de interesse público.					
17. Fundações.					
18. Desconsideração da personalidade jurídica.					
19. Direitos da personalidade: direitos à integridade moral, física e intelectual.					
20. Bens.					
21. Classificação.					
22. Bens em si considerados, bens reciprocamente considerados.					
23. Bens públicos e privados: regime jurídico.					
24. Bem de família legal e convencional.					

25. Fatos, atos e negócios jurídicos: conceito, classificação.					
26. Elementos de existência.					
27. Pressupostos de validade.					
28. Representação.					
29. Invalidade.					
30. Nulidade e anulabilidade.					
31. A simulação.					
32. Princípio da conservação dos negócios jurídicos.					
33. Conversão, concentração e convalidação dos negócios.					
34. Boa-fé objetiva e teoria dos atos próprios.					
35. Vícios dos negócios jurídicos: erro, dolo, coação, estado de perigo e lesão.					
36. A eficácia do negócio jurídico.					
37. Condição, termo, encargo.					
38. Prescrição e decadência.					
39. Responsabilidade civil.					
40. Responsabilidade objetiva e responsabilidade subjetiva.					
41. Culpa.					
42. Nexo de causa.					
43. Causalidade alternativa.					
44. Excludentes de responsabilidade.					
45. Responsabilidade decorrente de abuso de direito.					
46. Responsabilidade pelos fatos de terceiros.					
47. Responsabilidade pelos fatos das coisas.					
48. Dano e indenização.					
49. Dano patrimonial, dano pessoal.					
50. Dano coletivo.					
51. Dano social.					

DIREITO CONSTITUCIONAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1. Constituição: conceito e classificação; poder constituinte; interpretação; aplicabilidade das normas constitucionais.					
2. Controle de constitucionalidade.					
3. Dos princípios fundamentais.					
4. Dos direitos e garantias fundamentais.					
5. Nacionalidade.					
6. Perda e aquisição da nacionalidade.					
7. Direitos políticos.					
8. Direito de sufrágio.					
9. Sistemas eleitorais.					
10. Procedimento eleitoral.					
11. Direitos políticos negativos: pravação, requisição e inelegibilidades.					
12. Partidos políticos.					
13. Federação.					
14. Natureza e características do Estado Federal.					
15. Confederação.					
16. Estados-membros.					
17. Territórios.					
18. Município na Federação brasileira.					
19. Da organização do Estado: Da organização Político Administrativa; Da União; Dos Estados Federados; Dos Municípios; Do Distrito Federal e dos Territórios; Da Administração Pública (Disposições Gerais; Dos Servidores Públicos).					
20. Da Organização dos Poderes: Do Poder Legislativo; Do Poder Executivo; Do Poder Judiciário (Disposições Gerais; Do Supremo Tribunal Federal; Do Superior Tribunal de Justiça; Dos Tribunais					

Regionais Federais e dos Juizes Federais; Dos Tribunais e Juizes Eleitorais; Dos Tribunais e Juizes dos Estados); Das Funções Essenciais à Justiça.					
21. Da defesa do Estado e das instituições democráticas: do Estado de Defesa e do Estado de Sítio; do Estado de Defesa; Do Estado de Sítio; das Forças Armadas; Da Segurança Pública.					
22. Sistema tributário nacional.					
23. Das finanças públicas.					
24. Da Ordem Social: da Seguridade social: saúde, previdência e assistência social.					
25. Educação e cultura.					
26. Desporto.					
27. Do Meio ambiente.					
28. Tutela da criança e do adolescente, do jovem e do idoso.					
29. Dos índios.					
30. Remédios constitucionais: Habeas corpus, mandado de segurança individual e coletivo, ação popular, direito de petição, mandado de injunção e habeas data.					
31. Constituição do Estado do Ceará.					

DIREITO ELEITORAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1. Lei nº 4.737/1965 e suas alterações (Código Eleitoral).					
2. Lei nº 9.504/1997 e suas alterações (Lei das Eleições).					
3. Lei nº 9.096/1995 e suas alterações (Lei dos Partidos Políticos).					
4. Lei Complementar nº 64/1990 e suas alterações (Lei de inelegibilidade).					
5. Súmulas do TSE.					

DIREITO FINANCEIRO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1. Finanças públicas na constituição de 1988.					
2. Orçamento: espécies, natureza e princípios.					
3. Receita pública: conceito, ingressos, classificação.					
4. Despesa pública: conceito e classificação.					
5. Técnicas de realização da despesa pública: empenho, liquidação e pagamento, restos a pagar.					
6. Lei de Responsabilidade Fiscal.					
7. Modelos de controle: interno e externo.					
8. Disciplina constitucional e legal dos precatórios.					

DIREITO PENAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1. Da aplicação da lei penal.					
2. Do crime.					
3. Da imputabilidade penal.					
4. Do concurso de pessoas.					
5. Das penas.					
6. Das espécies de pena.					
7. Da cominação das penas.					
8. Dos efeitos da condenação.					
9. Da extinção da punibilidade.					
10. Dos crimes contra a fé pública.					
11. Da falsidade documental.					
12. Dos crimes contra a administração pública.					
13. Dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral.					
14. Dos crimes praticados por particular contra a administração em geral.					
15. Dos crimes contra a administração da Justiça.					
16. Lei nº 13.869/2019 e suas alterações (Abuso de autoridade).					

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1. Princípios gerais do processo civil.					
2. Fontes.					
3. Lei processual civil.					
4. Eficácia.					
5. Aplicação.					
6. Interpretação.					
7. Direito processual intertemporal.					
8. Critérios.					
9. Jurisdição.					
10. Conceito.					
11. Característica.					
12. Natureza jurídica.					
13. Princípios.					
14. Limites.					
15. Competência.					
16. Critérios determinadores.					
17. Competência originária dos Tribunais Superiores.					
18. Competência absoluta e relativa.					
19. Modificações.					
20. Meios de declaração de incompetência.					
21. Conflitos de competência e de atribuições.					
22. Direito de ação. Elementos.					
23. Condições.					
24. Classificação e critérios identificadores.					
25. Concurso e cumulação de ações.					

26. Conexão e continência.					
27. Processo.					
28. Noções gerais.					
29. Relação jurídica processual.					
30. Pressupostos processuais.					
31. Processo e procedimento.					
32. Espécies de processos e de procedimentos.					
33. Objeto do processo.					
34. Mérito.					
35. Questão principal, questões preliminares e prejudiciais.					
36. Sujeitos processuais.					
37. Juiz.					
38. Mediadores e conciliadores.					
39. Princípios.					
40. Poderes.					
41. Deveres.					
42. Responsabilidades.					
43. Impedimentos e suspeição.					
44. Organização judiciária federal e estadual.					
45. Sujeitos processuais.					
46. Partes e procuradores.					
47. Capacidade e legitimação.					
48. Representação e substituição processual.					
49. Litisconsórcio.					
50. Da intervenção de terceiros.					
51. Da assistência.					
52. Da denunciação da lide.					
53. Do chamamento ao processo.					

54. Do amicus curiae.					
55. Advogado.					
56. Ministério Público.					
57. Auxiliares da Justiça.					
58. A advocacia pública.					
59. Prerrogativas da Fazenda Pública em juízo.					
60. Fatos e atos processuais.					
61. Forma.					
62. Tempo.					
63. Lugar.					
64. Prazos.					
65. Comunicações.					
66. Nulidades.					
67. Procedimento comum.					
68. Aspectos gerais.					
69. Fases.					
70. Petição inicial.					
71. Requisitos.					
72. Indeferimento da petição inicial e improcedência liminar do pedido.					
73. Resposta do réu.					
74. Impulso processual.					
75. Prazos e preclusão.					
76. Prescrição.					
77. Inércia processual: contumácia e revelia.					
78. Formação, suspensão e extinção do processo.					
79. Contestação.					
80. Reconvenção.					
81. Das Providências preliminares e do saneamento.					

82. Julgamento conforme o estado do processo.					
83. Provas.					
84. Audiências.					
85. Conciliação e mediação.					
86. Instrução e julgamento.					
87. Distribuição do ônus da prova.					
88. Fatos que independem de prova.					
89. Depoimento pessoal.					
90. Confissão.					
91. Prova documental.					
92. Exibição de documentos ou coisas.					
93. Prova testemunhal.					
94. Prova pericial.					
95. Inspeção judicial.					
96. Exame e valoração da prova.					
97. Produção antecipada de provas.					
98. Sentença.					
99. Conceito.					
100. Classificações.					
101. Requisitos.					
102. Efeitos.					
103. Publicação, intimação, correção e integração da sentença.					
104. Do cumprimento da sentença.					
105. Coisa julgada.					
106. Conceito.					
107. Espécies.					
108. Limites.					
109. Remessa necessária.					

110. Meios de impugnação à sentença.					
111. Ação rescisória.					
112. Recursos.					
113. Disposições gerais.					
114. Apelação.					
115. Agravos.					

PROCESSO LEGISLATIVO E TÉCNICA LEGISLATIVA

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1. Órgãos internos das Casas Legislativas.					
2. A Mesa e sua composição.					
3. O Plenário e sua composição.					
4. Comissões parlamentares permanentes e temporárias.					
5. Comissões parlamentares de inquérito.					
6. Mandato parlamentar (federal, estadual e municipal).					
7. Iniciativa no processo legislativo: executivo, legislativo, judiciário.					
8. Iniciativa popular.					
9. Iniciativa reservada.					
10. O processo de emendas: espécies, titularidade, objeto, conteúdo, natureza e momento.					
11. Proposições legislativas: espécies e diferenças.					
12. Fases da elaboração legislativa.					
13. Incidentes no processo legislativo.					
14. Da sanção.					
15. Do veto.					
16. Da promulgação.					
17. Da publicação.					
18. Decreto Legislativo.					
19. Lei Complementar nº 95/1998 (Técnica legislativa).					